



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

Título: **PROJETO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL GERADORA DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DE ENERGIA SOLAR EM SISTEMA "CARPORT"**

CAPITULO I - DO OBJETO.

1. O OBJETO consiste em: Fornecimento de equipamentos e serviços de engenharia necessários para instalação de central geradora de energia elétrica por meio de usina fotovoltaica conectada à rede (minigeração distribuída), com potência instalada de 164,25 KWp, sobre estrutura metálica sistema "Carport" (com telhamento metálico), incluso o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, mão de obra especializada para instalação, aprovação de projeto na concessionária, projeto de estrutura metálica, monitoramento, assessoria técnica e garantia do serviço/equipamento/materiais, manutenção corretiva dos equipamentos e capacitação técnica da equipe de manutenção.

a) O local de instalação da central geradora, sua respectiva potência mínima instalada e demais características dos sistemas são:

a.1) Prédio que abriga o Depósito de Urnas, Almoxarifado e Arquivo Central do TRE/MS, localizado na Rua Delegado Jose Alfredo Hardmanm 184, **Campo Grande/MS, com usina fotovoltaica de 164,25 KWp**, com o fornecimento de estrutura metálica sistema "Carport" para 60 vagas de veículos que funcionarão de suporte para 450 painéis solares de 365Wp e 10 inversores de 15KW (**total de 150 KW - soma das potências nominais dos inversores**), sem a utilização de transformadores para se conectar às instalações elétricas do prédio. Concessionária local atual é a ENERGISA, com Tensão Nominal de conexão à rede pública de 13,8KV, transformador trifásico 150 KVA;

b) A estrutura metálica sistema "Carport" com telhamento metálico deverá ser executada nos locais demarcados como vaga de estacionamento numeradas de 13 a 71, definidas no projeto de implantação do prédio em anexo 0656908;

c) O Formulário de Solicitação de Acesso para Minigeração Distribuída, a ser entregue à concessionária, deverá conter a lista de Unidades Consumidoras do TRE/MS que utilizarão o sistema de compensação de energia, conforme incisos VI e VIII do art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012.

c.1) O percentual de rateio dos créditos excedentes para cada Unidade Consumidora deverá ser discutido e aprovado pela Fiscalização do contrato.

2. A Contratada deverá ainda providenciar, sem custos para o TRE/MS:

a) A aprovação dos projetos junto à concessionária de energia local e demais órgãos de controle que se fizerem necessários;

b) Todas as adaptações necessárias para instalação do sistema (padrão de energia, tubulação, cabeamento, etc.) com a devida recomposição das características anteriores do prédio (reboco, pintura, calçamento externo, etc.);

c) O recolhimento das A.R.T's.- Anotações de Responsabilidade Técnica para todos os projetos e instalações.

3. A elaboração do objeto acima descrito dar-se-á mediante os princípios e as técnicas próprias da arquitetura e engenharia, obedecendo sempre às normas vigentes da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Normas Técnicas da concessionária local (Energisa) e legislação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (em especial a Resolução Normativa N° 482 de 17/04/2012).

4. Todos os técnicos da equipe da contratada, que irão participar da elaboração dos serviços aqui envolvidos, deverão ser conhecedores, cada um na sua área, das normas vigentes, as quais deverão ser aplicadas no desenvolvimento dos serviços e projetos que ora se contrata.

CAPITULO II - DO PREÇO.

1. O valor orçado pelo TRE/MS junto ao mercado, e que é o preço máximo para esta licitação, é de **R\$ 1.110.750,88** (um milhão, cento e dez mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos).

2. Logo, deverão as Licitantes incluir em suas propostas todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, adaptações na infraestrutura, diárias, plotagens e outros que compõem sua tabela de custos), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CAPITULO III - DA VISTORIA TÉCNICA.

1. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, podendo, ao seu critério, vistoriar o local do serviço, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

2. Caso a licitante opte por não promover a vistoria técnica, deverá formalizar declaração (vide Anexo III do Edital) registrando que os elementos trazidos no instrumento convocatório são suficientes para quantificar os materiais, equipamentos e serviços necessários para a instalação da estrutura metálica e da central de geração de energia elétrica na potência definida e seguindo as especificações determinadas por este Termo de Referência.

3. Os licitantes poderão vistoriar o local onde será instalada a estrutura metálica e a central geradora objetos desta licitação, para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia do Assessor de Obras e Projetos do TRE/MS, através de agendamento pelo telefone (67) 2107-7221:

4. Ao licitante que vistoriar os locais de instalação das soluções, será emitido ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA.

5. Considerar-se-á o CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos neste Termo de Referência, mas implícitos e necessários à perfeita e completa elaboração dos projetos e instalação das centrais de geração de energia elétrica.

CAPITULO IV - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

1. A licitante deverá apresentar atestado de qualificação técnico operacional, emitido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que comprove que a empresa executou o Projeto, Fornecimento dos

Equipamentos e Instalação de Central de Geração de Energia Elétrica através de energia solar com potência instalada de no mínimo 80 KW.

CAPITULO V - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS.

1. Os serviços contratados envolvem os Itens abaixo relacionados, que deverão seguir as diretrizes determinadas neste Termo de Referência, os quais deverão ser desenvolvidos e assinados por técnicos especializados que compõem a equipe da Contratada, recolhendo ART ou RRT específica conforme o caso:

a) Elaboração do Projeto de Minigeração a ser submetido na concessionária local:

1. Projeto Técnico a ser submetido para a aprovação da concessionária local (ENERGISA), prevendo o sistema de compensação de energia elétrica, conforme Resolução ANEEL nº 482/2012;
2. A Fiscalização deverá ser consultada sobre a elaboração da lista de Unidades Consumidoras que farão parte do sistema de compensação de créditos, com as respectivas porcentagens de rateio dos créditos excedentes;
3. Fornecimento de ART ou RRT do responsável técnico pelo serviço;

b) Estrutura metálica sistema "Carport" nas vagas de estacionamento:

1. Projeto Executivo a ser aprovado pela Fiscalização, que deverá seguir as seguintes diretrizes:
 1. Os painéis fotovoltaicos deverão estar orientados para o Norte, com a inclinação que torne o sistema o mais eficiente possível;
 2. Os Pilares da estrutura deverão ser fixados junto ao meio-fio que delimita as vagas, devendo as tesouras trabalharem em balanço. Tal definição se deve a fim de facilitar a manobra dos veículos que utilizarão as vagas de estacionamento;
 3. A altura livre do ponto mais baixo da estrutura deverá ser de no mínimo 2,50m do solo;
 4. A largura de cada vaga é de 2,5m, sendo que o comprimento a ser considerado na cobertura é de 6m (tesoura em balanço), perfazendo um total de 900m² (somatório das 5 fileiras de 12 vagas cada - total de 60 vagas);
 5. Deverá prever telhamento em aço/alumínio espessura mínima de 0,5mm na área total de estacionamento (900m²);
 6. Deverá ser previsto local para fixação dos inversores/stringbox, para cada "fileira" do estacionamento;
 7. Em toda peça metálica passível de corrosão, deverá ser aplicado fundo primer epóxi e em seguida pintura em esmalte 2 demãos na cor a ser definida pela a Fiscalização;
 8. Comprovada viabilidade técnica, sem alteração nos prazos de execução determinados neste Termo de Referência e seguindo as diretrizes previstas, os pilares da estrutura "Carport" poderão ser projetados/executados em concreto pré-fabricado;
2. A garantia pela integridade da estrutura deverá ser de no mínimo 5 anos a contar do Recebimento Definitivo;
3. Fornecimento de ART ou RRT do responsável técnico pelo projeto e execução, contendo como atividade a estrutura e sua fundação;

c) Entrega dos materiais e equipamentos necessários para o sistema:

1. O fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para implementação do sistema deverá obedecer as seguintes diretrizes:
 1. **Painéis Solares Fotovoltaicos:** a composição dos painéis solares deverá ser projetada para que sua potência total de no mínimo igual à potencia instalada determinada, com placas de potência mínima de 365 Wp, módulos de silício monocristalino, certificado do Inmetro classe A, mínimo de 144 células, controladores de carga tipo MPPT, caixa de junção padrão IP68 ou superior, estrutura reforçada para suportar ação de vento até 2.400 Pa, painéis solares anti-reflexo,

eficiência do painel de no mínimo 18,40% na conversão de energia luminosa em elétrica nas condições padrão de teste - STC – *Standard Test Conditions* (1000 W/m²; 25°C; AM 1.5), garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 10 anos e 25 anos de garantia linear de desempenho, com decaimento de rendimento anual máxima 2,5% (após 2o ano), rendimento mínimo de 80% ao final do 25º ano - modelo de referência **Placa Solar 365w Monocristalino Canadian Solar - Cs3u-365ms**;

2. **Inversores:** para o atendimento das potências instaladas de cada local, deverão ser utilizados a composição de inversores de 15KW, trifásico com eficiência máxima: $\geq 97\%$. Tensão Máxima CC: compatível com o gerador fotovoltaico; Fator de distorção máximo: 1,75%; Proteções e monitoramentos: AFCI & 2014 NEC Ready, Medição de isolamento CC, Disjuntor CC, Proteção à falhas com tela de interrupção, Medição de isolamento CC, Comportamento de sobrecarga com mudança do ponto de operação, limitação da produção. Os inversores devem ser trifásicos e fornecer energia em 220/127V de tensão e 60Hz de frequência, **sem uso de transformador adicional**. Deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida. Índice de Proteção Mínimo: NEMA 4X; Ter capacidade de armazenamento das variáveis coletadas pelo Inversor de modo local (data logger), com placa de comunicação original de fábrica, através de captação do sinal de internet por wi-fi e RJ45. Os inversores devem atender à ABNT NR 16149 e garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 5 anos - modelo referência **Inversor Fronius Symo Brasil 15.0-3**;

1. **Observações referentes aos modelos de referência dos inversores:**

- **foram adotados como referência os equipamentos da linha Fronius Symo Brasil pelos seguintes motivos:**
 - **a tensão de fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias de Mato Grosso do Sul é de 220/127V;**
 - **é do conhecimento desta Unidade Técnica que os únicos inversores que podem ser utilizados nesta contratação sem a instalação de transformadores de tensão são os referidos modelos indicados como referência;**
 - **optamos por não utilizar outros modelos de inversores, com tensão de saída diferente do especificado, pela perda de eficiência do sistema ocasionada pela transformação de tensão no transformador e também por adotar a solução com o mínimo de equipamentos possíveis visando minimizar o custo com a manutenção preventiva/corretiva (eliminando a manutenção do transformador)**
 - **o TRE/MS já possui em sua infraestrutura 8 usinas fotovoltaicas, com um total de 29 inversores, todos eles da linha Fronius Symo Brasil, que estão operando e sendo monitorado com sistema específico via internet.**

3. **Estruturas de Fixação dos Painéis:** para o atendimento da potência instalada determinada para cada local, os painéis deverão ser fixados na estrutura metálica "Carport" utilizando kits com trilhos em alumínio, específico este fim, apoiados em estrutura metálica e projetadas para suportar ação de vento com pressões superiores a 2.400 Pa nos painéis fotovoltaicos. Garantia do fabricante de no mínimo 10 anos contra defeito de fabricação.
4. **Cabos Fotovoltaicos:** os cabos utilizados para aplicação solar deverão ser unipolares livres de halogênio e resistentes a radiação ultravioleta. Deverão ser utilizados do lado CC, cabos solares de no mínimo 6 mm² com isolamento de 1000 volts. Para a instalação os condutores deverão ser projetados e fabricados seguindo no mínimo as exigências preconizadas pela NBR 5410. As perdas de tensão máximas no sistema como um todo, somando os lados CA e CC, não deverão ultrapassar 4%;
5. **StringBox:** Pannel de Condicionamento em Corrente Continua (CC) (String Box) deve ser montado em caixa com grau de proteção IP-65; possuir proteção contra sobrecorrente (fusíveis ou disjuntores), Dispositivos de Proteção contra Surtos (DPS) e chave seccionadora sob carga. Todos os componentes devem ter classificação própria para uso em sistemas fotovoltaicos;
6. **Acessórios:** todos os materiais acessórios, como terminais de ligação, conectores, quadros, disjuntores, sistema de comunicação e etc., deverão ser de primeira qualidade, compatíveis com o sistema projetado e de uso exclusivo de sistema fotovoltaico.

d) Instalação do Sistema:

1. Para este serviço, será considerada a instalação de todos os materiais e equipamentos especificados no projeto encaminhado às concessionárias, bem como o atendimento das diretrizes apontadas no item anterior;
2. A contratada deverá dar garantia da instalação de no mínimo 1 ano;
3. O serviço deve ser realizado de modo que reste apenas a vistoria dos técnicos da concessionária com a respectiva substituição do medidor para que o sistema de geração de energia funcione plenamente;
4. O monitoramento via sistema Fronius (solarweb) deverá estar funcionando perfeitamente, sendo a conexão dos inversores com a rede de lógica do prédio feito via cabeamento estruturado (RJ45), onde os custos necessários para infraestrutura (eletrodutos, cabeamento, conectores, etc.) sendo arcados pela Contratada.
5. Deverá ser obedecido sempre as normas vigentes da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Normas Técnicas da concessionária local e legislação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (em especial a Resolução Normativa N° 482 de 17/04/2012);
6. Fornecimento dos Termos de Garantia de instalação (pela contratada, de no mínimo de 1 ano), e de todos os materiais e equipamentos descritos no item acima (pelos fabricantes, de acordo com os prazos mínimos especificados);
7. Fornecimento de ART ou RRT do responsável técnico pelo serviço;

e) Troca do Medidor e Vistoria da Concessionária:

1. Após aprovação do projeto na concessionária local, deverá ser providenciado pela contratada a solicitação de vistoria e substituição do medidor de energia, conectando efetivamente o sistema de geração de energia elétrica na rede de distribuição da concessionária;
2. A contratada deverá providenciar todas as ações necessárias para que o sistema funcione de forma eficiente, conforme projetado, garantindo ao TRE/MS a utilização da energia elétrica gerada no prédio do cartório eleitoral em que o sistema foi instalado, bem como nas outras Unidades Consumidoras que serão beneficiadas com o crédito excedente;

f) Monitoramento, Análise Mensal com Relatório, Suporte Técnico, Treinamento da Equipe de Manutenção e Manutenção Corretiva dos Equipamentos:

1. Deverá ser realizado pela contratada todos os serviços necessários para configuração da usina no sistema de monitoramento disponibilizado pela fabricante dos inversores, para análise em tempo real da performance da geração de energia;
2. Mensalmente, em um período mínimo de 1 ano após o início de operação do sistema, a contratada deverá fornecer um relatório com análise técnica mensal do resultado obtido no período;
3. A contratada, em um período de 1 ano após o início de operação do sistema, também deverá dar suporte técnico ao TRE/MS relativo à todas as dúvidas e necessidades de informações em relação ao funcionamento da central de geração de energia elétrica, prestando a assessoria de forma eficiente sempre que provocado pela Fiscalização;
4. Até 15 dias após o comissionamento do sistema, a contratada deverá ministrar um curso de capacitação em sistema fotovoltaico de no mínimo 4 horas, no município de Campo Grande, MS, para toda a equipe de Manutenção Predial do Tribunal Regional Eleitoral de MS, com previsão de 10 participantes. A referida capacitação deverá abranger os princípios de funcionamento do sistema, bem como as principais medidas a serem tomadas para sua manutenção preventiva e corretiva;
5. Até o período de 1 ano após a entrega definitiva do serviço, a contratada deverá garantir, sem ônus para o TRE/MS, mão de obra necessária para possível manutenção corretiva do sistema. Caso necessário a substituição de algum equipamento, peça ou parte da instalação devido a algum fator externo não previsto na garantia determinada nos itens 1.b) e 1.c) deste Capítulo, o Tribunal Regional Eleitoral providenciará a suas expensas a referida aquisição, devendo a contratada arcar com toda a mão de obra necessária para solucionar a falha ocorrida.

CAPITULO VI - DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS E ENTREGA DOS SERVIÇOS.

1. A coordenação geral de todos os projetos será atribuída ao profissional indicado pela contratada, devendo o mesmo primar pela perfeita elaboração de todos os projetos, integrando-os para evitar erros, falhas,

incoerências e ambigüidades.

2. Durante a execução do serviço, caso sejam identificadas necessidade de correções, reparos, complementações ou quaisquer outros serviços pertinentes aos projetos, que impactem no sistema de geração de energia, e tenham sido caracterizados pelo TRE/MS como falha ou omissão da elaboração dos projetos/serviços, a contratada deverá corrigir os serviços correspondentes, sem qualquer ônus para o TRE/MS, em um prazo máximo de 7 dias, ou outro que a fiscalização vier a determinar.

3. O Recebimento definitivo dos serviços não isenta a empresa de realizar, a suas expensas, qualquer necessidade de correção, complementação ou alterações caracterizadas como falhas ou omissões do projeto, e identificadas durante a execução da instalação.

4. A Contratada e seu responsável técnico respondem perante o Contratante por todos os serviços ora contratados, cumprindo e fazendo cumprir todos os prazos estabelecidos, devendo ainda interagir com sua equipe técnica de forma a obedecer ao determinado neste Termo de Referência;

CAPITULO VII - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

1. A fiscalização, acompanhamento e orientação dos serviços de projeto, fornecimento de equipamentos e instalação da solução ficarão a cargo da Assessoria de Obras e Projetos (AOP);

2. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, podendo inclusive exigir mudanças na concepção do projeto, sempre que entender que o layout apresentado possa não ser o ideal para o TRE, desde que devidamente justificado;

3. A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa ou pessoa física contratada;

4. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada serão mantidas prioritariamente por intermédio da Fiscalização;

5. A fiscalização anotará em registro próprio as falhas detectadas e demais informações que julgar conveniente emitindo as respectivas Ordens de Serviço (O.S) ou Ofícios, encaminhados por meio de correio eletrônico;

6. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa ou pessoa física contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto a regular execução dos serviços, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do Ofício ou Ordem de Serviço.

CAPITULO VIII - DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

1. Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

a) Prazo de elaboração e encaminhamento do projeto à concessionária de energia e a elaboração do projeto executivo da estrutura metálica "Carport": **até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;**

b) Prazo para finalização da instalação da estrutura metálica: **até 75 (setenta e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;**

c) Prazo para a entrega dos materiais e equipamentos necessários para instalação do sistema: **até 75 (setenta e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;**

d) Prazo para instalação do sistema: **até 105 (cento e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;**

e) Prazo para solicitar à concessionária a troca do medidor e vistoria do sistema: **até 07 (sete) dias contados da data de aprovação do projeto ou da finalização da instalação da central de geração;**

2. As prorrogações de prazos, de início, de conclusão e entrega dos projetos, poderão ser deferidas pela autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93;

CAPITULO IX - DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO.

1. Deverão acompanhar a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos:

1. CND - INSS, ou a Certidão Negativa de Débitos Relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda);
2. CRF – Certidão de Regularidade do FGTS (Caixa Econômica Federal), caso a apresentada na licitação esteja vencida;
3. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
4. DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES, caso a empresa seja optante;
5. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do serviço ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica;

2. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

3. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

4. O pagamento da última parcela ficará vinculado ao Recebimento Definitivo (emissão do Termo de Recebimento Definitivo do serviço), conforme Capítulo XIII.

CAPITULO X - FORMA DE PAGAMENTO

1. Os serviços aqui contratados serão divididos em 05 (cinco) parcelas, que serão pagas no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados a partir da apresentação pela contratada de todos os documentos elencados no Capítulo IX e do ateste da Nota Fiscal pela Fiscalização, que o fará após análise dos projetos/serviços entregues.

2. Para efeitos de execução e pagamento das parcelas, será obedecido a seguinte proporção, desde que cumpridos os requisitos especificados no Capítulo V para as etapas abaixo:

a) Elaboração do projeto da central de geração de energia submetido à aprovação da concessionária e elaboração do projeto executivo da estrutura metálica "Carport": **5% do valor total da contratação;**

- b) Instalação da estrutura metálica "Carport": **20% do valor da contratação;**
- c) Entrega dos materiais e equipamentos necessários para instalação do sistema: **45% do valor total da contratação;**
- d) Instalação do Sistema: **25% do valor da contratação;**
- e) Troca do Medidor e Vistoria da Concessionária: **5% do valor total da contratação.**

CAPITULO XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- 1.** Executar os serviços na forma e prazos determinados neste Termo de Referência, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Fiscalização.
- 2.** Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ofício ou Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização.
- 3.** Recolher as ARTs ou RRT's, pagar os impostos e taxas cobrados pelos órgãos de controle (Prefeitura, Bombeiros, etc.), inerentes ao objeto ora contratado.
- 4.** Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Termo de Referência.
- 5.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.
- 6.** Responsabilizar-se perante sua equipe técnica por todas as despesas inerentes aos contratos de trabalhos ou de prestação de serviços, bem como arcar com as despesas decorrentes do deslocamento de seus técnicos aos locais de instalação das centrais de geração.
- 7.** Executar as etapas dos serviços nos prazos estabelecidos, e ainda, concluir todo o objeto contratado dentro do prazo total fixado, salvo se adiantar os serviços.
- 8.** Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o desenvolvimento dos projetos dentro da mais perfeita técnica e sempre obedecendo às recomendações das normas vigentes da ABNT, ANEEL e concessionária local.
- 9.** Comunicar à Fiscalização qualquer substituição que porventura venha ocorrer em sua equipe técnica, devendo o novo técnico contratado ter os pré-requisitos solicitados quando da licitação, inclusive recolhimento de nova ART ou RRT.
- 10.** Manter, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.** Comunicar à fiscalização, por escrito, do término dos serviços.

CAPÍTULO XII - DOS CRITÉRIOS DE SIMILARIDADE.

- 1.** Todo material/equipamento empregado na execução dos serviços será de primeira qualidade. Serão rejeitados os materiais que não se enquadrarem nas especificações contidas no Capítulo V deste Termo de Referência.
- 2.** A utilização de materiais/equipamentos similares aos especificados, só poderá ser feita **MEDIANTE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO**, devidamente registrada, podendo a fiscalização solicitar, sempre que entender necessário, a comprovação da similaridade por meios documentais (testes de laboratórios, laudos dos fabricantes, etc.).

3. No descumprimento do previsto no Capítulo V, poderá o fiscal determinar à contratada, mediante Ofício, a retirada imediata, do local de instalação, de todos os materiais/equipamentos que estejam em desacordo com o especificado no Termo de Referência, ficando a contratada na obrigação de arcar com todos os ônus advindos da irregularidade, e ainda, ficando sujeita as penalidades previstas em contrato.

CAPITULO XIII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas, e requerer alterações/correções para posteriormente aprová-los.

2. Efetuar o pagamento das parcelas após a apresentação da Nota Fiscal e demais documentos exigidos no Capítulo IX.

CAPITULO XIV - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

1. Findo o objeto contratado, o serviço será recebido:

a) PROVISORIAMENTE pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da empresa contratada;

b) DEFINITIVAMENTE por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em prazo não superior a 10 (dez) dias e observado o disposto no arts. 69 e 76 da Lei 8.666/93.

Diogo Campos dos Anjos
Analista Judiciário – Engenheiro Civil
Assessor de Obras e Projetos
TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO CAMPOS DOS ANJOS, Assessor (a)**, em 21/05/2019, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0661022** e o código CRC **7DBD70D4**.